

Os impactos e as influências da colonização nas políticas e na gestão do ensino superior no Brasil e em Moçambique em pleno século XXI

The impacts and influences of colonization on policies and management of higher education in Brazil and Mozambique in the 21st century

Fernando Agostinho Dzeco¹
Marcos Antonio Lima Pereira²
Vanessa T. Bueno Campos³

158

Resumo: O objetivo da pesquisa é analisar a influência do colonialismo na gestão e nas políticas da educação no ensino superior no Brasil e em Moçambique no período de 2013 - 2023. A gestão e as políticas da educação no ensino superior são os alicerces para o desenvolvimento do país em termos tecnológicos e sociais, bem como para a consolidação de uma universidade inclusiva. Nesse contexto, a presença do colonialismo no Brasil e em Moçambique não pode ser posta de lado ao se analisar esse assunto, pois as políticas e a gestão colonialistas contribuíram negativamente para o nível de ensino na atualidade. No período colonial, o ensino superior constituiu-se um “privilégio”, e, mesmo no século XXI, após a independência desses países, continua voltado para as elites. Para mudar essa realidade, não existem soluções imediatas. Entretanto, a implementação de políticas de educação inclusiva e humanitária, observando-se os direitos humanos e a diversidade, pode significar um avanço no desenvolvimento dessas nações. As metodologias utilizadas no artigo são pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Os resultados mostram uma linhagem da gestão e das políticas educacionais direcionadas a desfavorecer os pobres. Como considerações finais, podemos afirmar que a gestão e as políticas do ensino superior no Brasil e em Moçambique continuam ligadas às ideias do colonialista, que sempre concebeu a educação apenas para os filhos e filhas dos governantes, ficando a classe pobre à margem do direito a uma educação universitária.

Palavras-chave: Brasil e Moçambique. Ensino superior. Gestão e Políticas da Educação.

¹ Doutorando no Curso de Educação - Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista da FAPEMIG. Docente do Instituto Superior Politécnico de Songo - ISPSongo (Moçambique). Orcid <https://orcid.org/0009-0009-0927-4028>. E-mail: dzecof@gmail.com.

² Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Inspetor Escolar na SME de Uberlândia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1246-6743>. E-mail: marantlima@gmail.com.

³ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Professora nos cursos de licenciaturas e no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: vbcampos@ufu.br.

Recebido em 05/01/2025

Aprovado em: 12/02/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Abstract: The objective of this research is to analyze the influence of colonialism on the management and policies of higher education in Brazil and Mozambique between 2013 and 2023. Management and policies of higher education are the foundations for the country's development in technological and social terms, as well as for the consolidation of an inclusive university. In this context, the presence of colonialism in Brazil and Mozambique cannot be ignored when analyzing this issue, since colonialist policies and management have negatively contributed to the current level of education. During the colonial period, higher education was a “privilege,” and even in the 21st century, after the independence of these countries, it continues to be geared towards the elite. There are no immediate solutions to change this reality. However, the implementation of inclusive and humanitarian education policies, observing human rights and diversity, can mean progress in the development of these nations. The methodologies used in the article are bibliographical research and documentary research. The results show a lineage of educational management and policies aimed at disfavoring the poor. As final considerations, we can state that higher education management and policies in Brazil and Mozambique continue to be linked to the ideas of the colonialists, who always conceived education only for the sons and daughters of rulers, leaving the poor class outside the right to a university education.

Keywords: Brazil and Mozambique. Higher education. Education Management and Policies.

1 Introdução

Buscando subsídios em Taimo (2010, p. 66), destacamos que “[...] em 1911, Portugal contava 75,1% de analfabetos (taxa total). Além disso, os governos monárquicos tinham-se indiscutivelmente ocupado mais de caminhos-de-ferro, de comércio ou de finanças, de que da educação”. O programa republicano consistia precisamente no contrário. Olhando para as políticas e os objetivos da colonização, imposta ao Brasil até o século XIX e a Moçambique até o Século XX, podemos afirmar que os nossos países ainda continuam amarrados no passado, quando os indígenas, população habitante dos países antes da chega do colono, não tinham direito à educação, à saúde, muito menos à paz. Os indígenas eram apenas alfabetizados, com dois objetivos primordiais: em primeiro lugar, facilitar a comunicação com o opressor. Em seguida, possibilitar sua catequização pelos padres, que também faziam parte da equipe do colonialista, levando-os a crer que aquilo que vivenciavam era a realidade do mundo.

Dialogando com Taimo (2010, p. 67), retivemos o seguinte: “Se a estratégia do Estado Novo em relação à educação era dar prioridade à alfabetização, o mesmo não aconteceu em relação ao ensino médio e ao ensino superior”. No mesmo assunto, o autor conversou também com Eduardo Mondlane, que afirmou: “Nos territórios portugueses a educação do africano teve duas finalidades: formar um elemento da população que agiria como intermediário entre o estado colonial e as massas; inculcar uma atitude de servilismo no africano educado” (Taimo, 2010, p. 68).

Desde os primórdios da colonização, a relação entre Igreja e Estado no processo da colonização portuguesa foi algo notório. À chegada dos portugueses na África (*Moçambique*), na Ásia e nas Américas (Brasil), era realizada uma missa, a fim de marcar o início da presença colonial. (Taimo, 2010).

Em pleno século XXI, a educação no ensino superior continua um privilégio, não um direito. Nesse sentido, muitos jovens concluem o ensino secundário, em Moçambique, ou médio, no Brasil, mas não têm possibilidade de continuação. Outros sequer sabem da existência do ensino superior. Será que a gestão e as políticas do ensino superior no Brasil e em Moçambique são inclusivas?

Diante disso, este trabalho procura responder a seguinte questão central: quais os impactos e as influências das políticas de colonização na educação superior no Brasil e em Moçambique? Para responder a essa questão, lançamos mão da pesquisa bibliográfica e da análise documental.

Nessa direção, o presente texto está organizado em 3 seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção, discutimos a história da gestão e as políticas da educação no período colonial no Brasil e em Moçambique. Na segunda, intitulada “As políticas do ensino superior no Brasil e em Moçambique após a independência”, delineamos as políticas implementadas para a educação superior no Brasil e em Moçambique. Na última seção, analisamos os dados da educação superior no Brasil e em Moçambique.

2 História da gestão e das políticas da educação no período colonial no Brasil e em Moçambique

O surgimento tardio das universidades nas colônias portuguesas, tais como Brasil e Moçambique, pode encontrar explicação nos comentários dos autores Taimo e Bernardo: “[...] em 1911, Portugal contava 75,1% de analfabetos (taxa total). Além disso, os governos monárquicos tinham-se indiscutivelmente ocupado mais de caminhos-de-ferro, de comércio ou de finanças, de que da educação” (Taimo, 2010, p. 66).

O autor Bernardo afirma no seu artigo que:

[...] enquanto outras nações colonizadas inauguravam suas primeiras universidades, no Brasil esse processo era dificultado para manter a dependência do país à Portugal, uma vez que os jovens que desejavam receber formação superior para seguir as profissões liberais iam estudar na Europa, sendo a Universidade de Coimbra, em Portugal, um dos destinos mais comuns (BERNARDO, 2022).

Esse período caracterizou-se pela total ausência da gestão e de políticas da educação do ensino superior no Brasil, assim como em Moçambique. O objetivo do colonialista era de tornar os povos cada vez mais analfabetos para poder explorá-los. É importante frisar que, nesse período, apenas eram alfabetizados os mais próximos, isto é, as pessoas que trabalhavam para o colonialista, para facilitar a comunicação. Assim, “a educação dos negros ou dos oprimidos era destinada ao trabalho muscular, de controle da terra, da mão-de-obra barata, do comércio e da subordinação financeira de Moçambique e Brasil em relação a metrópole” (BERNARDO, 2022).

Em vista disso, percebe-se que Portugal não tinha o objetivo de introduzir o ensino superior nesses países. A primeira universidade em Portugal data de 1502, em que os filhos dos colonizadores ou daqueles ricos aliados ao colonialista podiam ir estudar, ou seja, o ensino superior era voltado para as elites. O autor Bernardo (2022) refere que, “Em 17 de dezembro de 1792 é inaugurada no Rio de Janeiro o que viria a ser considerada a precursora do ensino superior militar e de engenharia nas Américas, [...] Com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, essa escola foi substituída pela Academia Real Militar, criada em 1810”.

Por sua vez, em Moçambique, a primeira universidade surgiu no ano 1962, graças à pressão do exterior.

O crescimento de ondas de contestações contra a ocupação colonial fruto da Guerra Fria, [...] revisão da sua política colonial. [...] responder ao clima hostil que se avolumava adotará como uma das estratégias a criação dum instituição de ensino superior em Moçambique [...] denominada Estudos Gerais Universitários através do decreto-lei nº 44.530, 21 de Agosto de 1962...[...] De 280 alunos matriculados no primeiro ano do funcionamento dos Estudos Gerais, o número de moçambicanos (africanos negros) não chegava a uma dúzia, deixando claro que esta instituição, apesar das considerações expostas acima, respondia mais para os filhos de colonos residentes em Moçambique, de asiáticos e assimilados (TAIMO, 2010, p. 78).

Por isso, os efetivos estudantis e docentes, no período de 1962 a 1975, rondavam apenas em 40 estudantes moçambicanos dos 2.433 matriculados, e “0” docentes moçambicanos. Nesse período, o sistema de regulação do Ensino Superior adotado era extremamente seletivo (desagregação) em termos de acesso, progressão e exames. Em Moçambique, no ano de 1968, a única instituição do ensino superior que existia até então mudou de nome para “Universidade de Lourenço Marques”, em substituição a “Estudos Gerais”, um sinal claro de que a independência dos dois países estava bem próxima.

No Brasil, a primeira universidade completou pouco mais 100 anos, se for tomada como referência a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, que atualmente é a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1931, na gestão do Ministro da Educação Francisco Campos, foi

aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, o que incentivou a organização de novas universidades. Mesmo assim, em 1945, tínhamos apenas cinco universidades. Em 2017, havia um total de 199 universidades, sendo 106 públicas e 93 privadas. Assim, tomando como base o ano de 2017, mesmo correspondendo a 8,1% das instituições de ensino superior (IES) no Brasil, as universidades são responsáveis por 53,6% das matrículas (OLIVEIRA, 2019). O censo da educação superior no Brasil de 2023 registrou a quantidade de 2.580 instituições de educação superior. Dessas, 87,8% (2.264) eram privadas e 12,2% (316) públicas (BRASIL, 2024b).

3 As políticas do ensino superior no Brasil e em Moçambique após a independência

Depois da independência, o Brasil, assim como Moçambique, abordaram a gestão e as políticas da educação no ensino superior tendo como foco o desenvolvimento da sociedade. A educação passou a ser um direito assegurado por lei. As políticas e a gestão da educação no ensino superior surgiram com a proclamação das independências: em 07 de setembro de 1822 para o Brasil, e em 25 de junho de 1975 para Moçambique.

A expansão do ensino superior foi o principal objetivo dos governos dessa época, sendo que a internacionalização caracterizou esse período, com a chegada de professores e professoras estrangeiros para dinamizar o processo de ensino e aprendizagem e a saída de estudantes nacionais para continuarem seus estudos no estrangeiro. Nesse contexto, houve muitos avanços, dentre os quais o aumento do número de universidades e estudantes matriculados.

Historicamente, podemos demarcar os seguintes períodos na educação superior em Moçambique: em 1976, a única universidade que existia em Moçambique passou a se chamar Universidade Eduardo Mondlane. “A mudança do nome da universidade não se cingia somente a esse aspecto, mas passava também por impor uma nova concepção do que é universidade, o seu papel na nova situação do país” (TAIMO, 2010, p. 145).

Em 1985, com o crescimento da demanda (número de cidadãos para a escola), foi criado o Instituto Superior Pedagógico, sob tutela do Ministério da Educação, com a finalidade de formação de professores, sendo que “[...] é esse Instituto transformado em Universidade Pedagógica em 1994. Esta instituição pública de ensino superior foi a primeira a ter delegações (Cidades da Beira e Nampula) fora da Cidade Capital, Maputo” (TAIMO, 2010; p. 145). Já em 1986, ressentindo-se o país de deficiências na área de cooperação e diplomacia, o governo cria o Instituto Superior de Relações Internacionais, sob a tutela do Ministério dos Negócios

Estrangeiros e Cooperação (TAIMO 2010, p. 146). Em 1989, cria-se o sistema de propinas⁴ no ensino superior público.

A gestão da educação no ensino superior passou por uma reforma universitária com a inclusão do ensino privado, atendendo à crescente demanda por matrículas, que até então eram atendidas exclusivamente pelas universidades públicas, tanto no Brasil como em Moçambique. Entre as mudanças inovadoras, destaca-se a introdução de processos seletivos e exames de admissão para ingresso nas universidades. Segundo Martins (2009, s.p.) o argumento defendido é de que “Em função do modelo implantado, que procurou privilegiar uma estrutura seletiva, acadêmica e socialmente, o atendimento da crescente demanda por acesso ao ensino superior passou a ser feito pelo ensino privado, que se organizou por meio de empresas educacionais”. O ensino superior privado de perfil empresarial surgiu na medida em que as universidades públicas, sobretudo as federais, modernizadas pela Reforma Universitária de 1968, não conseguiram atender à crescente demanda de acesso. Sua expansão foi possível devido à retração do ensino público na absorção da demanda.

A Constituição republicana de Moçambique de 1990 levou ao surgimento de instituições do ensino superior com fins lucrativos, isto é, ao advento do ensino privado. Nesse sentido, “A Lei 6/92 de 6 de maio e a Lei 1/93 de 24 de junho serviram de base para esta nova realidade de educação no país” (TAIMO 2010, p. 146). A entrada do ensino privado claramente foi influenciada pela ação externa de organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o neoliberalismo na educação em Moçambique, tendo como justificativa aumentar o número de matrículas e ampliar a formação superior dos jovens no país.

O Ministro das Finanças e o Ministro da Educação e Cultura, mediante o Diploma Ministerial nº 6/86, de 22 de janeiro de 1986, aprovaram o regulamento de propinas⁵ e taxas no Sistema Nacional de Educação. Em 1989, através de outro Diploma Ministerial, o de nº 62/89, de 26 de julho de 1989, assinado pelo Ministro de Educação e Cultura e pelo Vice-Ministro das Finanças, aprovou-se o regulamento de propinas para o Subsistema de Educação Superior (TAIMO, 2010).

A introdução do pagamento de propinas no ensino superior público em Moçambique aumentou, de certa forma, a limitação à educação superior por parte de família sem condições

⁴ Entende-se por propina uma taxa de frequência que os estudantes universitários pagam em Moçambique e Portugal para participar dos custos do serviço prestado pelas instituições de ensino superior. Ela é cobrada por ano letivo e é indexada à matrícula, não à frequência do curso.

⁵ No Brasil equivale as mensalidades que são pagas às faculdades e universidades particulares.

para pagar as taxas, de modo a ver realizados os sonhos dos filhos ou das filhas. Isso acarretou a exclusão ou o atendimento restrito à elite da sociedade no ensino superior.

No Brasil, apenas as instituições particulares/ privadas cobram taxas/ propinas para o ingresso nas universidades. As públicas ainda adotam políticas e gestão do ensino superior inclusivas, o que é muito positivo para o desenvolvimento do país. Por outro lado, não se consegue atingir o número satisfatório de matrículas, pois muitos estudantes, anualmente, não alcançam o ensino superior por várias razões, tanto no Brasil assim como em Moçambique.

As políticas de expansão da educação superior no Brasil são estratégias para democratizar o acesso à educação superior, especialmente para grupos historicamente excluídos. De acordo com Borges (2020, p.19), “é fato que a elitização do acesso à educação superior é apontada como uma das formas de exclusão social e as desigualdades resultantes dessa exclusão são reflexos de um processo histórico que dificultou o acesso à educação pelas minorias”. Para a autora, “uma das maneiras de superar essa situação discriminatória ocorre por meio da ampliação das oportunidades de acesso à educação superior” (Borges, 2020, p. 19).

Nesse sentido, cita que, para efetivar essa ampliação de oportunidades, o governo brasileiro criou políticas na tentativa de expandir e democratizar o acesso, e destaca o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), o Programa Universidade Para Todos (Prouni), a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Programa de Apoios a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a Lei de Cotas e o Sisu (Borges 2020, p. 19).

No que se trata do acesso à educação superior privada, o Fies foi criado em 1999 e reformulado ao longo dos anos, e é um programa de financiamento que permite aos estudantes ingressarem na educação superior privada e pagarem as mensalidades após a formação. Trata-se do mais importante instrumento de financiamento estudantil atualmente existente. Outra política voltada para o ensino privado é o Prouni. O programa foi criado em 2004 e oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de educação superior (Borges, 2020).

Segundo Borges (2020, p. 43), “uma das estratégias para a ampliação do acesso à educação superior está relacionada ao desenvolvimento da educação a distância (EaD), especialmente pelo sistema UAB”. De acordo com a autora, essa modalidade é apontada nos Planos Nacionais de Educação (2001-2010 e 2014-2024) como instrumento de ampliação de acesso, especialmente, para a educação superior. Foi criada em 2006, promovendo a expansão

da educação superior por meio da EaD e atua principalmente na formação de professores da educação básica e em regiões de difícil acesso (Borges, 2020).

O governo federal brasileiro instituiu o Reuni em 2007, “a fim de aumentar as vagas nas universidades públicas e reduzir as taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação” (Borges, 2020, p. 46). O programa ainda visou melhorar a eficiência acadêmica e envolveu a criação de novos *campi*, a diversificação dos cursos, além do aumento da oferta de vagas noturnas.

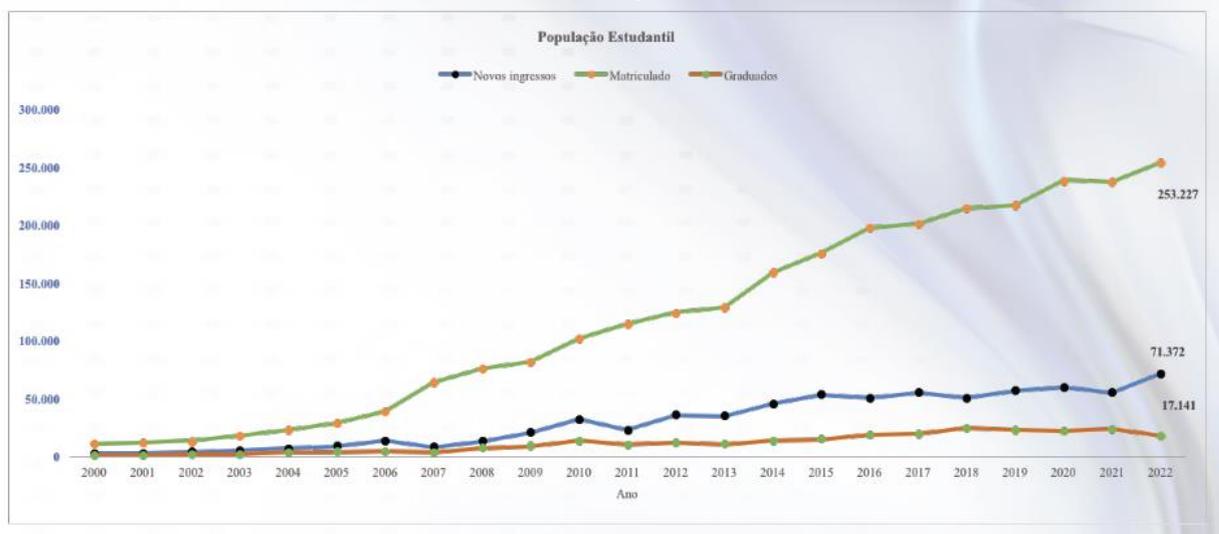
A Lei 12.711, popularmente conhecida como Lei de Cotas, foi promulgada em 2012 e é de caráter obrigatório para todas as universidades federais e escolas federais de ensino técnico de nível médio (Borges, 2020), determinando a reserva de, no mínimo, 50% de suas vagas para estudantes de escolas públicas, com cotas para estudantes de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, considerando a proporcionalidade populacional do estado. Essa política busca promover a equidade racial e socioeconômica na educação superior pública, corrigindo as desigualdades históricas de acesso.

Por fim, o Sisu, instituído em 2010, é um sistema que centraliza a oferta de vagas em universidades públicas com base nas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e permite que estudantes de todo o Brasil concorram a vagas em instituições públicas. Busca democratizar o acesso à educação superior, permitindo maior mobilidade e oportunidade de escolha para estudantes de diferentes perfis. No entendimento de Borges (2020), se, por um lado, há nos discursos do governo a democratização do acesso à educação superior, por outro, ignoram-se os múltiplos fatores socioeconômicos que dificultam a permanência e a conclusão dos cursos de graduação pelas camadas menos favorecidas.

4 Os números da demanda e do atendimento do ensino superior no Brasil e em Moçambique

Os números da educação superior no Brasil e em Moçambique mostram muita relação entre os dois países, sobretudo quando se trata da evolução das matrículas e da presença das instituições privadas nesse nível de ensino. A figura 1 evidencia que, no período de 2000 a 2022, houve um crescimento expressivo no número de matriculados e de novos ingressantes no ensino superior em Moçambique. Entretanto, esses números contrastam com a quantidade de graduados, pois nesse quesito não houve crescimento na mesma proporção de novos ingressos e matrículas.

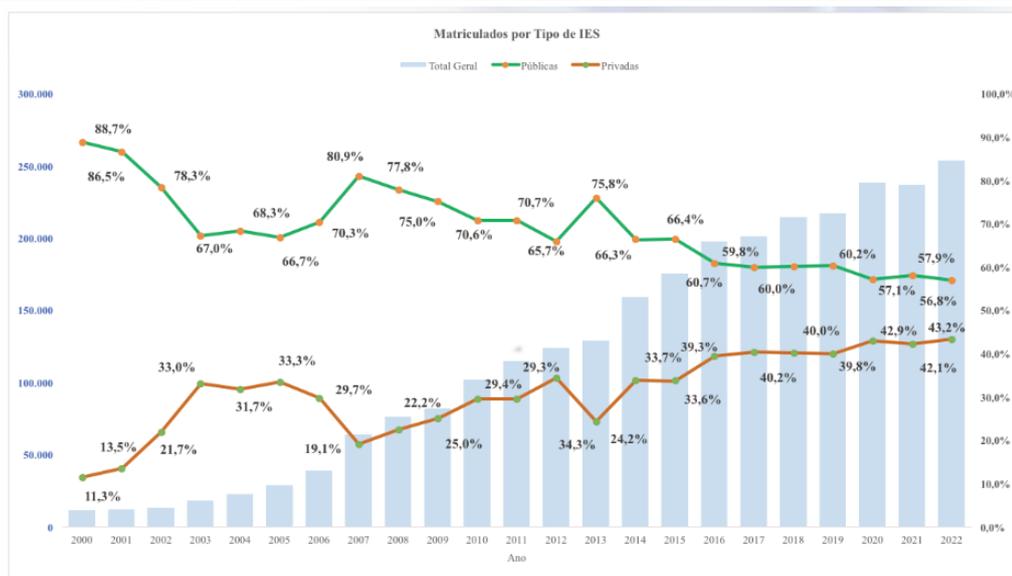
Figura 1 - Evolução da população do Ensino Superior 2000-2022, Matriculados, Novos Ingressos e Graduados – Moçambique.



Fonte: República de Moçambique - Estatísticas e Indicadores do Ensino Superior em Moçambique (2022, p. 30)

A figura 2 explicita a evolução da população do ensino superior matriculada em IES públicas e privadas. Em 2000, 88,7% das matrículas estavam nas IES públicas e apenas 11,3% nas privadas. Em 2022, o número de matrículas na IES privadas pulou para 43,2%, enquanto nas públicas reduziu para 56,8%. Em outros termos, houve um decréscimo significativo na IES públicas.

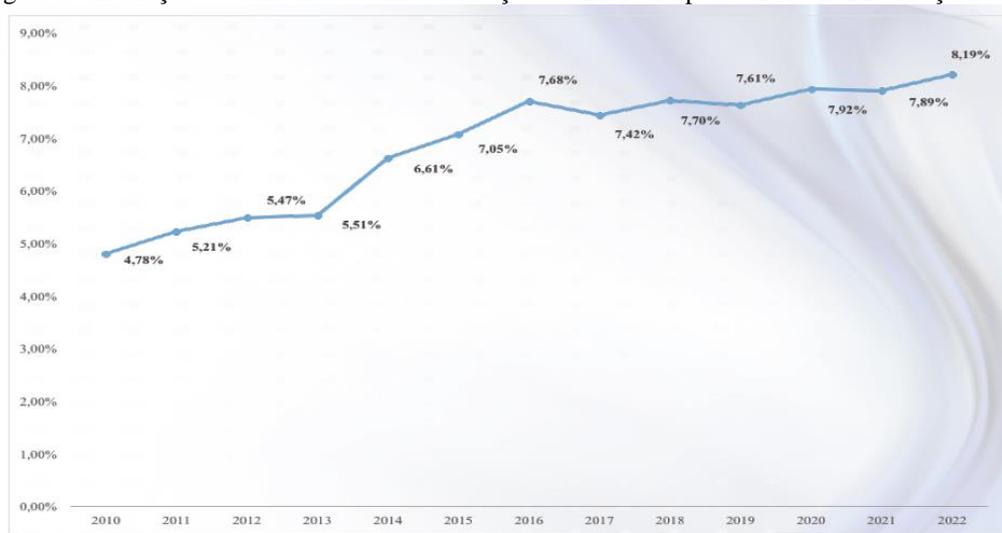
Figura 2 - Evolução da População do Ensino Superior 2000-2022, por tipo de Instituição - Moçambique



Fonte: República de Moçambique - Estatísticas e Indicadores do Ensino Superior em Moçambique (2022, p. 31)

Levando em consideração a taxa bruta de matrículas na graduação (TBM), que é calculada pela razão entre o total de pessoas que frequentam cursos superiores de graduação (de todas as idades) e o total da população de 18 a 24 anos, a figura 3 mostra a evolução da taxa bruta de escolarização do ensino superior ao longo dos anos 2010-2022 (Indicador do PQG 2020-2024). Observa-se, em geral, um crescimento da taxa, apesar de alguns recuos. A taxa bruta de escolarização do ensino superior em Moçambique, para o ano de 2022, é de cerca de 8.19%, um avanço em relação ao ano 2021 (7.89%).

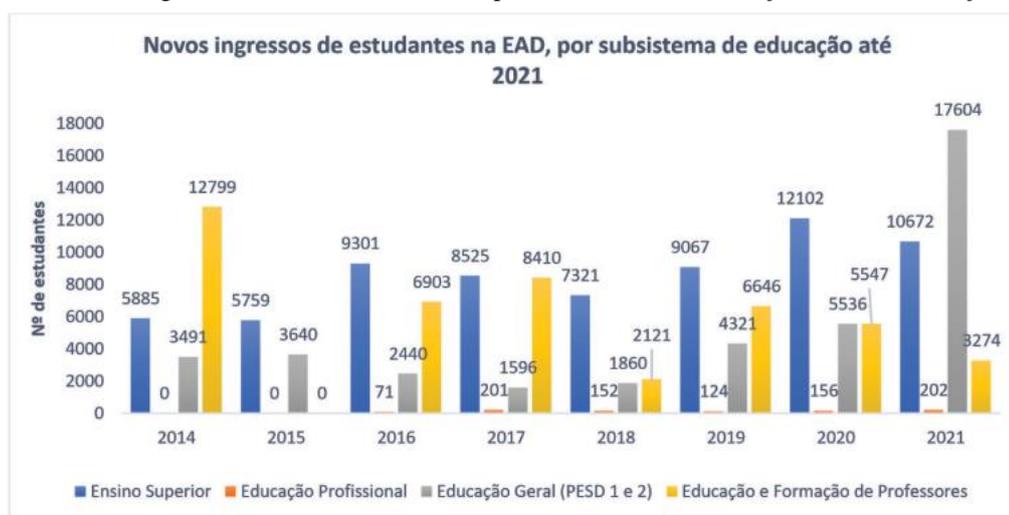
Figura 3 - Evolução da Taxa bruta de Escolarização do Ensino Superior 2010-2022 - Moçambique



Fonte: República de Moçambique - Estatísticas e Indicadores do Ensino Superior em Moçambique (2022, p. 37)

Outro aspecto interessante a ser analisado diz respeito à educação superior a distância (EaD). A figura 4 explicita que, se tomarmos como referência o ano de 2021 em relação a 2014, a quantidade de novos ingressos na educação superior na modalidade EaD quase que dobrou em Moçambique. Segundo pesquisa do governo, 87% dos usuários da EaD consideram os instrumentos normativos como suficientes para a promoção da garantia das qualidades nas instituições nos cursos e programas EaD (BOLETIM DA REPÚBLICA, 2023).

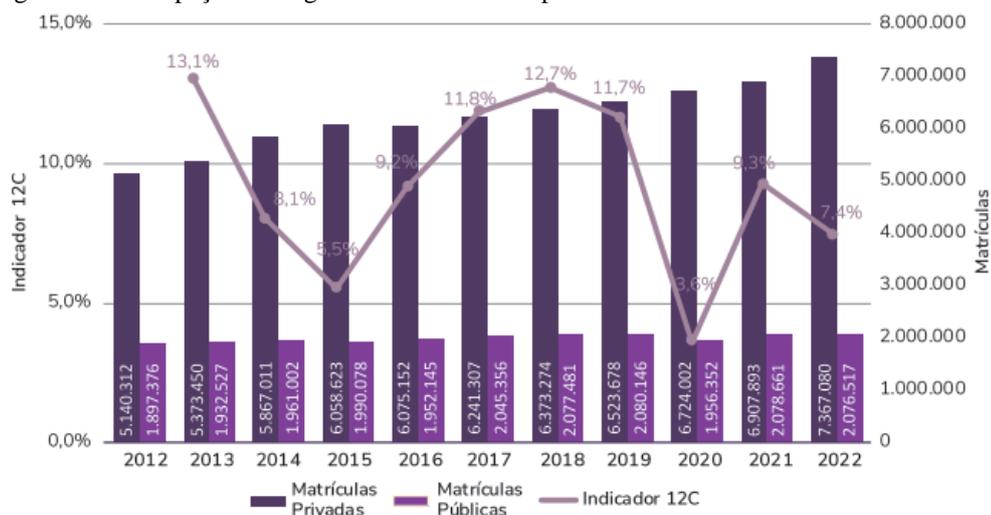
Figura 4 –Novos Ingressos de Estudantes na EaD, por Subsistema de Educação até 2021 – Moçambique.



Fonte: Boletim da República (2023, p. 2091).

Considerando-se a participação do setor público e privado na expansão de matrículas na educação superior no Brasil, a figura 5 indica que, nos últimos dez anos, o setor privado passou de 5,140 milhões para 7,367 milhões de matrículas, totalizando um aumento de 2,226 milhões de matrículas e um crescimento da ordem de 43,3%. No mesmo período, o segmento público passou de 1,897 milhão de matrículas para 2,076 milhões, totalizando um aumento de apenas 179,1 mil matrículas e um crescimento da ordem de 9,4%. Essas diferentes dinâmicas fizeram com que o segmento público respondesse por apenas 7,4% do crescimento total, enquanto o segmento privado respondeu por 92,6% do crescimento do sistema. Nota-se, ainda, que as matrículas no segmento público pararam de crescer após 2019 (BRASIL, 2024a).

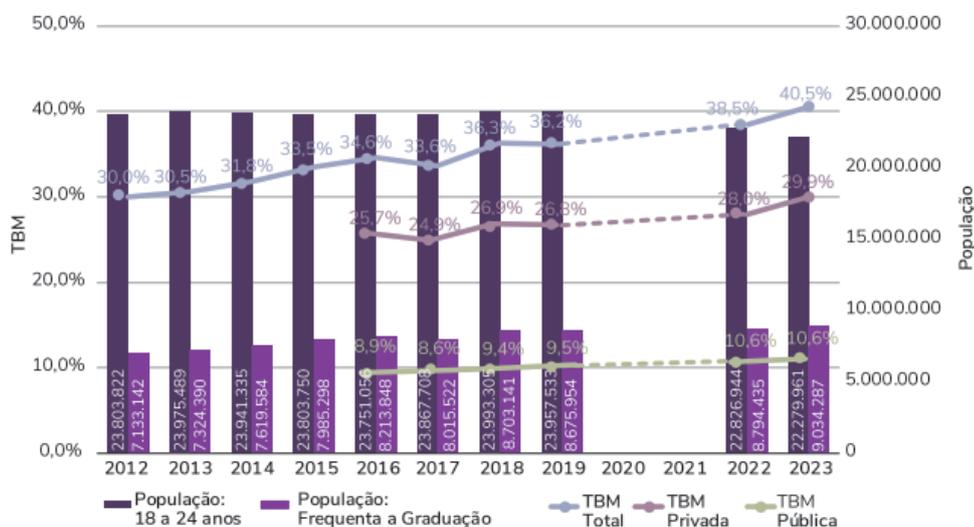
Figura 5 - Participação do Segmento Público na Expansão de Matrículas – Brasil – 2012-2022



Fonte: Relatório do 5º ciclo de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2024a, p. 285).

Conforme delinea a figura 6, A TBM apresenta uma tendência geral de crescimento no período analisado (2012-2023). Em 2012, o total de pessoas que frequentavam a educação superior era equivalente a 30% do total de pessoas entre 18 e 24 anos no Brasil. De 2012 a 2023, a TBM subiu mais de dez pontos percentuais (p.p.), alcançando 40,5% no último ano da série histórica. Apesar desse avanço, nota-se que o Brasil ainda se encontra muito distante da meta de 50% do Plano Nacional de Educação (PNE) para o ano de 2024. Entre 2012 e 2023, a TBM cresceu a uma taxa média de 0,95 p.p. ao ano. Para que o País alcançasse a meta, seria necessário que a TBM tivesse crescido a um ritmo de 1,81 p.p. ao ano, quase o dobro do observado (BRASIL, 2024a).

Figura 6 - Taxa Bruta de Matrículas na Graduação, Total e por Segmento de Ensino – Brasil – 2012-2023



Fonte: Relatório do 5º ciclo de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2024, p. 270).

Nota: Os resultados de 2020 e 2021 foram suprimidos por recomendação do IBGE, em virtude de dificuldades na coleta de dados da Pnad-c durante a pandemia de covid-19.

Na modalidade de educação a distância, a sua expansão concentrou-se no segmento privado. Entre as IES privadas sem fins lucrativos, ocorreu a redução de mais de 1 milhão de matrículas presenciais e o aumento de 149,2 mil matrículas na modalidade EaD. Já entre aquelas com fins lucrativos, houve o aumento de apenas 11 mil matrículas presenciais e de cerca de 3,07 milhões de matrículas na modalidade EaD. Em síntese, a expansão da modalidade EaD nas IES privadas com fins lucrativos representou 127,5% da expansão total do sistema no Brasil.

Figura 7 - Crescimento das Matrículas por Categoria Administrativa e Modalidade de Ensino – Brasil – 2012/2022

MODALIDADE E CATEGORIA ADMINISTRATIVA			2012		2022		CRESCIMENTO 2012-2022	
			MATRÍCULAS	% DO TOTAL	MATRÍCULAS	% DO TOTAL	MATRÍCULAS	% DO TOTAL
TOTAL	TODAS AS IES E MODALIDADES		7.037.688	100,0%	9.443.597	100,0%	2.405.909	100,0%
	PÚBLICA	Federal	1.087.413	15,5%	1.344.835	14,2%	257.422	10,7%
		Estadual	625.283	8,9%	655.492	6,9%	30.209	1,3%
		Municipal	184.680	2,6%	76.190	0,8%	-108.490	-4,5%
	PRIVADA	Privada sem fins lucrativos	2.585.908	36,7%	1.734.332	18,4%	-851.576	-35,4%
Privada com fins lucrativos		2.554.404	36,3%	5.632.748	59,6%	3.078.344	127,9%	
PRESENCIAL	TODOS OS CURSOS PRESENCIAIS		5.923.838	84,2%	5.112.663	54,1%	-811.175	-33,7%
	PÚBLICA	Federal	985.202	14,0%	1.270.893	13,5%	285.691	11,9%
		Estadual	560.505	8,0%	549.722	5,8%	-10.783	-0,4%
		Municipal	170.045	2,4%	73.645	0,8%	-96.400	-4,0%
	PRIVADA	Privada sem fins lucrativos	2.313.311	32,9%	1.312.530	13,9%	-1.000.781	-41,6%
		Privada com fins lucrativos	1.894.775	26,9%	1.905.873	20,2%	11.098	0,5%
EAD	TODOS OS CURSOS EAD		1.113.850	15,8%	4.330.934	45,9%	3.217.084	133,7%
	PÚBLICA	Federal	102.211	1,5%	73.942	0,8%	-28.269	-1,2%
		Estadual	64.778	0,9%	105.770	1,1%	40.992	1,7%
		Municipal	14.635	0,2%	2.545	0,0%	-12.090	-0,5%
	PRIVADA	Privada sem fins lucrativos	272.597	3,9%	421.802	4,5%	149.205	6,2%
Privada com fins lucrativos		659.629	9,4%	3.726.875	39,5%	3.067.246	127,5%	

Fonte: Relatório do 5º ciclo de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2024a, p. 290).

Em resumo, a partir dos números apresentados acima, tanto em relação ao ensino superior em Moçambique quanto no Brasil, é possível verificar alguns aspectos que aproximam os dois países. Primeiro, em relação ao crescimento das matrículas nesse nível de ensino, ou seja, os números confirmam um crescimento constante principalmente na última década. Outro dado que aproxima as duas realidades na educação superior é o avanço do setor privado. Em outros termos, há uma disponibilidade dos governos em patrocinar, por meio de várias ferramentas, o solapamento de verbas públicas para o segmento privado. E, por último, o crescente número de matrículas na modalidade EaD, tendo, inclusive, o setor privado como o grande protagonista dessa modalidade.

5 Considerações Finais

As políticas e a gestão da educação no ensino superior no Brasil e em Moçambique apresentam influências colonialistas. Durante o período colonial, o regime tinha a missão clara de oprimir e impedir o acesso à educação e ao desenvolvimento tecnológico das populações de ambos os países. Embora Portugal tenha fundado a primeira instituição de ensino superior em 1253, as políticas e a gestão do ensino superior evoluíram significativamente após a conquista da independência nos dois países. As transformações e o desejo do desenvolvimento da educação estão apresentando cada dia mais perspectivas positivas.

De uma universidade em 500 anos, Moçambique passou para 54 instituições do ensino superior e 71.372 estudantes ingressantes no ano de 2022, 47 anos depois da independência. Um grande destaque está para o Brasil: as instituições do ensino superior não foram aprovadas no período colonial, que levou cerca de 322 anos; apenas no ano de 1810 surgiu a primeira universidade. Atualmente, o país conta com mais de 2.580 instituições do ensino superior, totalizando 4,9 milhões de ingressantes nos cursos de graduação no ano de 2023, com presença no ensino privado e no público. Os dois países apresentam curso da pós-graduação e internacionalização.

Esses dados explicitam o quanto os dois países estão comprometidos com a expansão do ensino superior. As políticas e a gestão do ensino superior têm muitos desafios, pois a demanda continua a crescer. Várias estratégias são levadas a cabo todos os anos, com vários programas, para expandirem e tornarem o ensino inclusivo, como finalidade de formação duma sociedade humanizada.

Referências

BERNARDO, Nairim. **A história do Ensino Superior Brasileiro**, revista IQC, 2022. Disponível em: <https://iqc.org.br/observatorio/artigos/educacao/a-historia-do-ensino-superior-brasileiro/>. Acesso em: 10 de out. 2024.

BOLETIM DA REPÚBLICA. **Publicação Oficial da República de Moçambique**. 2023.

BORGES, Raquel Silva. **Políticas Públicas de Acesso à Educação Superior: o Sistema de Seleção Unificada na Universidade Federal de Uberlândia (2010-2019)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 Linha de Base**. Brasília-DF, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório do 5º ciclo de Monitoramento do Plano Nacional de Educação, 2024**. Brasília, DF: Inep, 2024a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quinto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em: 3 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultado do Censo Superior 2023**. Brasília, DF: Inep, 2024b. Disponível em: <https://abrir.link/PnvGg>. Acesso em: 5 dez. 2024.

DIARIO DO GOVERNO - 1.ª Série, Nº 191, de 1962-08-21, Pág. 1131 – 1132. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/analise-juridica/decreto-lei/44530-1962-163635>. Acesso em: 13 nov. 2024.

OLIVEIRA, João Ferreira de Oliveira. A produção do conhecimento no Brasil em tempos de globalização econômica: tendências, tensões e perspectivas. **Revista Eletrônica de Educação** (São Carlos), v. 13, p. 853-872, 2019.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Ministério de Ciência, Tecnologias e Ensino Superior. Direção Nacional do Ensino Superior. **Estatísticas e Indicadores do Ensino Superior em Moçambique – 2022**.

TAIMO, Jamisse Uilson. **Ensino Superior em Moçambique: história, política e gestão**. 2010. 229f. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2010. Disponível em: https://iepapp.unimep.br/biblioteca_digital/pdfs/2006/USQUKAQXVOOD.pdf. Acesso em: 12 dez. 2024.